

OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA LOCAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS ACERCA DA EXPROPRIAÇÃO DOS INDÍGENAS E DOS CABOCLOS E A FORMAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Alessandro Batistella*

Resumo

Esse artigo abordou, em linhas gerais, dois grupos até pouco tempo praticamente excluídos da história do norte do Rio Grande do Sul: os indígenas e os caboclos. Após sintetizarmos um pouco da história desses dois grupos, sobretudo a partir do século XVII, analisamos o conflituoso processo de expropriação de suas terras, em meados do século XIX, e o início da formação dos latifúndios no norte sul-rio-grandense.

Palavras-chave: Expropriação. Indígenas. Caboclos. Latifúndios. Norte do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos, a história do norte do Rio Grande do Sul tinha como referência praticamente única os trabalhos de historiadores autodidatas e de alguns eruditos preocupados em registrar a memória da região. Nesses estudos, ricos em informações, privilegiou-se a história em uma abordagem cronológica e episódica, com o registro de personagens de destaque.

Contudo, na verdade, esses trabalhos relatam a história dos vencedores, do “homem branco civilizado”, dos “grandes empreendedores”, etc. Enfim, trata-se de uma história das elites e para as elites. Dessa forma, alguns grupos, como os índios, os caboclos, entre outros, ficaram marginalizados, à mercê da história regional. Felizmente, alguns trabalhos mais recentes começaram a demonstrar a devida atenção a esses atores históricos até então pouco visualizados.

Dessa forma, neste artigo, pretendemos focalizar esses dois grupos que até pouco tempo estavam no absoluto ostracismo – os indígenas e os caboclos –, sintetizando um pouco das suas respectivas histórias e analisando o conflituoso processo de expropriação de seus territórios e a consequente formação dos latifúndios na região norte do Rio Grande do Sul.

2 OS PRIMEIROS POVOADORES: AS COMUNIDADES AUTÓCTONES

As etnias que povoaram o atual território do Rio Grande do Sul não têm um passado tão recente, uma vez que os grupos pré-históricos de caçadores-coletores povoaram essas terras há mais de 12 mil anos. Dessa forma, não se pode ignorar os milênios de ocupação humana das paisagens onde vivemos nem deixar de explicar o povoamento desse território por outros grupos humanos.

Conforme Golin (1999, p. 21), após o milenar processo de adaptação, da disputa desses grupos pelo território e das migrações, a região dos vales dos rios Jacuí e Ibicuí, no atual Rio Grande do Sul, constituíram-se no espaço divisório entre as sociedades dos indígenas do pampa e do planalto. No planalto, ao norte, predominavam os kaingangangs – do tronco cultural jê –, no pampa, predominavam os minuanos e os charruas.

Os grupos indígenas pampeanos eram caçadores-coletores nômades e receberam diversos nomes – ainda hoje os pesquisadores divergem quanto à classificação. Genericamente, os grupos indígenas pampeanos (guenoas, iarós, char-

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor do Curso de História da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; alessandrobatistella@yahoo.com.br

ruas e minuanos) eram chamados de *guaiaacurus*. Os charruas e minuanos (especialmente por se vincularem ao gado, trazido mais tarde pelos europeus, e por se transformarem em exímios cavaleiros) são os mais conhecidos e predominavam no pampa sul-rio-grandense e uruguaio (Ibidem, p. 28-29). Muito bem adaptado a essas paisagens, viviam dos resultados da caça, da coleta e da pesca, graças ao seu equipamento de boleadeiras, lanças, arcos e flechas (KERN, 1998, p. 98).

Entre o vale do rio Negro e as proximidades do litoral marinho, encontravam-se os minuanos, os prováveis responsáveis pelas centenas de cerritos encontrados em locais próximos à laguna dos Patos e às demais lagoas litorâneas. Bem mais para o oriente encontravam-se os charruas, junto aos vales do rio Uruguai e de seus afluentes, de ambas as margens, que estavam sempre realizando migrações para a mesopotâmia argentina (KERN, 1998, p. 103).

A mobilidade dos pampeanos determinou que eles deixassem poucos vestígios arqueológicos. Suas aldeias eram improvisadas, com habitações feitas de matéria-prima regional (como, por exemplo, a taquara, o capim, o couro e o barro) (GOLIN, 1999, p. 29).

A história desses grupos pampeanos parece ter sido caracterizada pela constante reação aos invasores de seus territórios, inicialmente os guaranis,¹ depois os europeus. Mas por mais que tenham resistido às sucessivas invasões, seu território passou, cada vez mais, a restringir-se e seu modo de vida ser ameaçado. Em 1835, os últimos nômades que ainda não haviam sido integrados à sociedade local foram definitivamente eliminados (KERN, 1998, p. 103).

Por sua vez, os índios jês, costumeiramente identificados como caçadores-coletores-horticultores, viviam entre as matas de araucária como semi-sedentários, praticando uma horticultura extremamente pobre, o que os tornava, depois do charrua e do minuano, o povo indígena menos apegado ao sedentarismo no território sulino. Assim, viviam em constantes deslocamentos.

Suas aldeias eram formadas, durante muito tempo, por casas subterrâneas, em formato singular. Mais tarde, essas moradias foram substituídas por toldos. Em permanente conflito com os guaranis, os kaingangs (“moradores do mato”) eram identificados por seus inimigos como *caáguas* (“homens do mato”). Os kaingangs também foram apelidados pelos europeus de “botocudos” (por causa dos batoques de madeira utilizados nos lábios) ou “coroados” (pelo corte de cabelo em forma de coroa).

Além das comunidades jê e pampeanas, também merecem destaque os guaranis. Após sucessivas migrações, esse grupo de horticultores aldeões chegou ao Sul há, aproximadamente, 2 mil anos. Vindos da Amazônia pelos itinerários dos rios Paraguai e Paraná, instalaram-se desde o Sul do Mato Grosso e do Trópico de Capricórnio até a foz do rio da Prata, ocupando ainda o litoral sul-brasileiro. Entretanto, deixaram intocadas as alturas do planalto meridional e do pampa. Suas aldeias e os seus territórios de caça, de pesca e de coleta ocuparam amplos espaços nos férteis vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, bem como nos de seus afluentes (KERN, 1998, p. 104).

Os guaranis, conforme Kern (1998, p. 106), buscaram os vales quentes e úmidos bordejados pelas florestas tropical e subtropical, subindo os vales dos rios das encostas do planalto sul-brasileiro até altitudes não superiores a 700 m., mas não chegam a penetrar nas matas de araucárias que se estendem pelas alturas do planalto, nem mesmo nos campos que ali existem. Já nas partes mais baixas das encostas e no interior dos vales, disputam um território ocupado há milênios pelos caçadores-coletores locais.

Os guaranis também eram guerreiros temidos e praticavam rituais de canibalismo, o que atemorizava seus inimigos. Além de ocuparem parte dos territórios dos índios do pampa e do planalto, faziam incursões militares contra os grupos charruas, minuanos e kaingangs (GOLIN, 1999, p. 37).

Em geral, as aldeias dos guaranis eram formadas por um conjunto de casas ovais, chamadas de “malocas”, instaladas em clareiras em meio à floresta subtropical, próximas às fontes de água e sobre colinas situadas junto às várzeas férteis dos rios. Tinham a sua subsistência baseada na caça, na pesca e na horticultura – plantavam milho, mandioca, feijão, abóbora, batata, fumo (consumidos em cachimbos de cerâmica e madeira) e dominavam o plantio de porongos (que utilizavam como recipientes para diferentes funções, inclusive para beber o *caamini*, a erva-mate, através de uma bomba de taquara) (GOLIN, 1999, p. 37-38). Ademais, os guaranis também possuíam uma organização social mais complexa em relação a outros grupos.

Enfim, quando os ibéricos chegaram, encontraram essas áreas povoadas por milhares de indígenas (estima-se em cerca de 95/100 mil nativos), organizados em grupos diferentes e pertencentes a culturas muito distintas. Em particular, os campos e matas do Norte do Rio Grande do Sul eram habitados pelos guaranis e, sobretudo, pelos kaingangs. Portanto, indubitavelmente, os primeiros habitantes e donos dessas terras foram essas comunidades autóctones.

Entretanto, muitos memorialistas locais, influenciados pelo eurocentrismo e pelo preconceito, ao relatarem a história da região norte do Rio Grande do Sul, não consideram os nativos como os primeiros habitantes dessa região, mas como elementos que faziam parte da paisagem natural, da mesma forma que os animais selvagens. Nessa perspectiva, os índios acabam sendo apresentados como elementos aistóricos, isto é, ignora-se a vida deles antes e depois da chegada do europeu.

Sem dúvida, por um lado, a ocupação europeia originou o genocídio de centenas de indivíduos pertencentes a esses grupos indígenas; por outro, teve início uma imensa miscigenação e transformações socioculturais importantes, como a influência cultural mútua, as aculturações forçadas e espontâneas, bem como as intensas alterações dos costumes tradicionais das diversas comunidades indígenas locais, em um processo gradual de europeização (KERN, 1998, p. 10).

Esse processo de conquista foi permeado por diversas disputas, que se iniciaram no século XVII, com a chegada dos jesuítas. Nessa disputa, os ameríndios, que habitavam estas terras há vários séculos, foram vitimados pela ação dos jesuítas que, por meio do processo de catequização, promoviam a aculturação e, conseqüentemente, a desestruturação cultural e social dos nativos.

3 A PRESENÇA DOS JESUÍTAS

Conforme estabelecia o Tratado de Tordesilhas (1494), o atual território do Rio Grande do Sul pertencia à Coroa espanhola. No entanto, inicialmente, o território sul-rio-grandense não despertou o interesse das Coroas ibéricas, uma vez que não possuía minas de minerais preciosos e as suas terras eram impróprias para a produção de cana-de-açúcar. Em outras palavras, essas regiões não atendiam aos objetivos coloniais e mercantis de ocupação e exploração das Américas.

Somente no século XVII começaram a chegar os primeiros jesuítas ao atual território do Rio Grande do Sul. Os primeiros foram os portugueses:

Entre 1617 e 1619, a expedição dos padres João Fernandes Gato e João de Almeida foi além de Laguna, chegando ao litoral do Rio Grande do Sul. Essa expedição foi feita a pedido do administrador geral das minas do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, e por ordem do provincial, padre Pero de Toledo. A expedição durou de novembro de 1617 a março de 1619, quando os jesuítas regressaram ao colégio do Rio de Janeiro. Foram por mar, ao longo da costa [...] O objetivo era catequizar os índios daquela região e levá-los para as aldeias de São Vicente, Rio de Janeiro e Cabo Frio. (FRANZEN, 2006, p. 87).

Enquanto os jesuítas portugueses se limitavam ao litoral sulino, posteriormente, os jesuítas espanhóis adentrariam pelo interior da América Meridional. Os jesuítas vieram evangelizar o índio, do que decorreu a necessidade do surgimento de aldeamentos (reduções) de índios cristãos. As reduções concentraram os índios em pequenos povoados, visando à recondução ou à conversão do índio à fé católica, o que, por outro lado, significava a negação da sua cultura e da sua organização política. De uma vida tribal a uma comunidade cristã mais ampla, da vida seminômade à vida sedentária, para a consolidação desse “modelo reducional”, os jesuítas reorientaram o trabalho indígena e procuraram garantir uma sólida organização temporal por meio da introdução do gado e de uma agricultura de subsistência, o que garantia a sobrevivência dos indígenas reduzidos e efetivava o processo de sedentarização que experimentavam (SANTOS, 2006, p. 104-108).

Em geral, as regiões de predominância guarani foram escolhidas pelos jesuítas para edificarem as suas reduções.

Além de evangelizar o índio, segundo Mário Maestri (2000, p. 10), “[...] as Missões jesuíticas da América Meridional serviram como uma espécie de escudo contra a expansão lusitana em direção à estratégica foz do Rio da Prata e, sobretudo, às cobiçadas minas de prata andinas.” Assim, os jesuítas espanhóis fundaram, em 1607, a grande província jesuítica do Paraguai e, entre 1610 e 1634, fundaram as províncias guaraníticas do Guairá,² Itatim,³ Uruguai e Tape.

Fundada depois da visita do Superior Pedro Homero e do Padre Pedro Mola, em fins de 1632, em terras do cacique Guaraé, que mandou buscar os jesuítas. Sua localização definitiva foi processada pelo jesuíta Francisco Ximenes, que se tornou seu verdadeiro fundador, em 1633. Situava-se, consoante Olyntho Sanmartin, ao norte do Alto-Várzea, próximo à localidade de Bela Vista, município de Passo Fundo. Segundo Aurélio Pôrto e Rêgo Monteiro, nas imediações da cidade de Passo Fundo e, segundo o que temos podido apurar, ficava ao sul do ponto indicado por Sanmartin, entre aquele ponto e o rio Jacuí, no chamado Rincão do Pessegueiro, município de Passo Fundo. (CAFRUNI, 1966, p. 93).

Segundo D'Avila (1996, p. 30-32), a redução de *Santa Teresa de Los Piñales*, ou Santa Teresa do Curiti,⁴ estava localizada em uma região que servia de passagem obrigatória para os caminhos que comunicavam as várias reduções jesuíticas, estando, inicialmente, situada em algum lugar próximo às nascentes do rio Jacuí, razão pela qual ficou também conhecida como Santa Teresa do Igaí. Sua fundação ocorreu em terras do cacique Guaraé, após a visita dos jesuítas Pedro Romero e Pedro Mola, no final do ano de 1632. É considerado seu fundador o padre Francisco Ximenes, que inclusive, foi cura (vigário) de Santa Teresa entre os anos 1633 e 1637.

Segundo o mesmo autor, em março de 1633, apesar da oposição do cacique Guaraé, Ximenes resolveu transferir de local a redução, que teria sido fixada em algum lugar próximo da atual cidade de Passo Fundo.

No entanto, devemos salientar que os índios kaingang resistiram e, diferentemente dos guaranis, dificilmente aceitavam se aldear nas reduções e conviver com os brancos. E justamente por resistirem à aculturação e por defenderem o seu território, os kaingang acabaram estigmatizados. De fato, nas obras da maioria dos memorialistas locais, são poucas as referências que não mencionam esses ameríndios como um “bando de criminosos e selvagens”, que impediam o desenvolvimento da civilização preconizada pelos jesuítas. Em outras palavras, dentro dessa compreensão, a defesa do território e da cultura indígena não é considerada legítima, mas um ato de rebeldia que deveria ser coibido.

4 O ATAQUE DOS BANDEIRANTES

Vistos como uma mão de obra especializada, os indígenas reduzidos instigavam a cobiça dos *encomiendados* hispano-americanos e dos bandeirantes paulistas. Geralmente caracterizados, sobretudo nos livros didáticos, como “pioneiros”, como “homens corajosos que desbravaram os sertões e, assim, responsáveis pelo alargamento das nossas fronteiras”, entre outras coisas, na verdade os bandeirantes não passavam de ambiciosos saqueadores, escravizadores de indígenas e promotores de verdadeiros etnocídios.

A partir de 1618, os bandeirantes paulistas declararam guerra aos jesuítas do Guairá, atacando as reduções daquela região. Estima-se que os bandeirantes escravizaram nessa região cerca de 20.000 índios – em 1628, a população das reduções do Guairá chegava a aproximadamente 27.500 índios. Em 1631, somente estavam intactas no Guairá as reduções de Loreto e S. Ignácio Mini. A devastação da região do Guairá pelos bandeirantes obrigou os jesuítas a transmigrem para o sul e para o Itatim (SANTOS, 2006, p. 108).

Em 1635, os bandeirantes paulistas passaram a cobiçar as reduções do Tape. Uma bandeira, formada em São Paulo, chefiada por Raposo Tavares iniciou o processo de destruição, pilhagem e genocídio dos 30 mil indígenas catequizados e reduzidos na região, vítimas da ferocidade dos pilhadores bandeirantes. A primeira redução atacada foi Jesus-Maria e tratou-se de um ataque estratégico, pois essa redução continha um pequeno arsenal de guerra, que, inclusive, era também utilizado pelas demais reduções (SANTOS, 2006, p. 110).

No final de 1637, o cristão novo André Fernandes liderou a bandeira que ocupou a redução de Santa Teresa. Formada por mais de 200 mamelucos paulistas e um grande número de índios tupis, a bandeira de André Fernandes expulsou os jesuítas, aprisionou parte dos indígenas e os enviou como cativos para São Paulo. Na redução de Santa Teresa, André Fernandes encontrou mais de 4 mil índios aldeados, mais de 500 cabeças de gado vacum, além de suínos e caprinos em quantidades não nomeadas.

Nesse episódio, os padres jesuítas, expulsos, chegaram a propor uma pena de excomunhão a André Fernandes, pois a sua bandeira estava “infeccionada de heresia”, uma vez que o bandeirante era um cristão novo. Na verdade, o fato de a bandeira ser dirigida por um cristão novo muito contribuiu para o fortalecimento da tese missionária. Para

muitos jesuítas e índios reduzidos, que se sentiam em uma “guerra santa”, a guerra contra o bandeirante representava uma cruzada do fiel católico contra o infiel, representava a luta do bem contra o mal (SANTOS, 2006, p. 112).

Contudo, André Fernandes não destruiu a redução, como era habitual, transformou-a em um arraial bandeirante, batizado de Igaí, que serviu de base de ataque a outras reduções e de controle das trilhas da região. Nos arredores do arraial, foram mantidas as lavouras e a criação de gado. Até 1669, o arraial do Igaí serviu de base operacional para os paulistas que se dirigiam à fronteira meridional, tanto para os que aprisionavam indígenas quanto para os que vinham atrás do gado selvagem.

Em 1637/1638, com o objetivo de aprisionar indígenas e vendê-los como escravos em São Paulo, chegou ao Tape a bandeira de Fernão Dias Paes. No entanto, essa bandeira encontrou, nas reduções, uma pequena milícia organizada e disposta a expulsá-los. Na redução de *Apósteles del Caaçapá-Guazu*, surgiu a figura de Nicolau Neenguiru, um líder que, em nome de Deus e *del rey*, aniquilou parte da bandeira de Dias Paes e aprisionou 12 paulistas (SANTOS, 2006, p. 112).

Em 1640, uma bandeira de 400 paulistas e três mil tupis, comandados por Jerônimo Pedroso de Barros, chegou ao Tape com o objetivo de escravizar índios e resgatar os 12 paulistas presos. Após violentos combates, em 25 de março de 1641 essa bandeira foi derrotada em M'bororé, pequeno afluente do rio Uruguai, os paulistas foram batidos. A vitória missioneira pôs fim às incursões paulistas. Na resistência, notabilizaram-se os chefes militares indígenas Nicolas Neenguirú e Inácio Abiuru (MAESTRI, 2000, p. 11).

No entanto, apesar da vitória missioneira, entre 1636 e 1638, muitos guaranis missioneiros do Tape, fugindo dos ataques dos bandeirantes paulistas, transferiram-se para a outra margem do rio Uruguai, o que determinou uma importante desorganização das reduções jesuíticas e o despovoamento dos atuais territórios sulinos. Os guaranis missioneiros também deixaram os gados nos atuais territórios do Rio Grande do Sul. Em razão das excelentes condições, as manadas guaraníticas reproduziram-se rapidamente e expandiram-se para o litoral, avançaram para o sul e juntaram-se com os gados da banda oriental, formando as vacarias (gado selvagem), o que proporcionou aos atuais territórios sulinos possuir uma considerável riqueza. Os missioneiros, periodicamente, atravessavam o rio Uruguai e extraíam rebanhos dessas vacarias (MAESTRI, 2000, p. 11-12).

5 CABOCLOS, TROPEIROS E MILICIANOS

Os caboclos passaram a habitar a região norte do Rio Grande do Sul por volta do final do século XVII. Muitos eram utilizados como mão de obra nas bandeiras paulistas, mas não regressaram a São Paulo, permanecendo na região e mestiçando-se com grupos indígenas locais. Por sua origem mestiça, os caboclos formaram um grupo marginal que, segundo Rückert (1997, p. 28), costumam estar esquecidos nos estudos relativos ao campo e à questão agrária no Brasil meridional. Assim, o caboclo constitui-se em uma espécie de desbravador desconhecido pela história oficial.

Presentes nas matas e nos ervais, os caboclos dedicaram-se à atividade extrativista da erva-mate. Nômades, raramente se fixavam em um local, deslocando-se constantemente em busca de novos ervais. Os caboclos também mantinham uma agricultura de subsistência, em que cultivavam gêneros como a mandioca, o milho, o feijão e a batata.

Além do extrativismo ervateiro, os caboclos também abatiam o gado selvagem, para a retirada do couro e a obtenção do sebo, além de algum pedaço de carne para a alimentação. O resto do animal praticamente não era aproveitado.

A erva-mate, colhida nos ervais da região, era preparada em carijós⁵ provisórios e vendida a particulares e a comerciantes. A erva, nos séculos XVII, XVIII e XIX, era exportada para grandes mercados, como Buenos Aires e Montevideú. Quanto ao couro e ao sebo, eram exportados para a Europa.

No final do século XVII, o surgimento e o rápido crescimento da economia mineradora acenderam, enormemente, a necessidade de animais para a alimentação e para o transporte. Houve, então, o início da fase do tropeirismo. O termo *trop* (do francês *troupe*) significa *bando de pessoas ou animais*; por sua vez, o termo tropeiro descreve o financiador e os profissionais que se dedicavam ao transporte sistemático de grandes quantidades de animais – cavalos, muar ou vacas – de uma região para outra (MAESTRI, 2000, p. 75).

Como lembra Barroso (2006, p. 172), o tropeirismo pode desempenhar dois papéis: o de *semoventes*, na condição de gado-em-pé, quando levado de um centro criatório para o consumidor e o de *cargueiros*, na condição de transportadores de mercadorias, levadas no lombo (caso de mulas, burros e cavalos).

O tropeirismo tomou vulto no Rio Grande do Sul a contar do século XVIII. Entretanto, era praticado desde o século XVII, em virtude da formação dos rebanhos, notadamente, os que movimentaram as Vacarias do Mar, nas pradarias do Sul, e a dos Pinhais, nos Campos de Cima da Serra (BARROSO, 2006, p. 174). O ciclo tropeiro sulino desenvolveu-se, sobretudo, a partir do transporte e da comercialização de mulas. Com os cascos duros e com grande resistência e relativa velocidade, esse animal adaptava-se muito bem ao transporte de homens e de cargas em zonas montanhosas. Nos séculos XVII e XVIII, as mulas foram utilizadas intensamente, sobretudo, nas Minas Gerais e, no século XIX, no transporte do café do interior para os portos do litoral.

A mula – animal híbrido resultante do cruzamento de um burro com uma égua – foi a mercadoria que exerceu o papel de elo entre o Rio Grande do Sul e o centro do Brasil no início do século XVIII, quando a mineração inaugurava o apogeu do sistema colonial. Naquela conjuntura, às vésperas do ciclo do ouro, nas capitanias brasileiras, a carência de animais de carga, de tração e mesmo de sela era quase absoluta. O índio e o negro, escravizados, vinham desempenhando a função de meio de transporte pelos difíceis e tortuosos caminhos, de curta ou longa distância, transportando, nos ombros ou nas costas, pesados fardos, caixas com mercadorias ou viajantes, levados em espichadas redes. Dessa forma, a falta de cavalos e mulas impôs a atuação de “bestas humanas”, prática superada, em grande parte, com a solução oferecida diante da possibilidade de se importarem mulas (BARROSO, 2006, p. 178-179).

Os mineradores hispânicos já utilizavam a mula nos Andes e nas minas de prata de Potosi. Esses animais eram adquiridos em antigos criatórios de mulas, mantidos à margem direita do rio Uruguai, em Corrientes, Entre Rios e outras províncias na direção do Paraguai. Na passagem do século XVII para o XVIII, principiou-se a exportação de mulas do extremo sul para as regiões centrais do Brasil. Animal que tinha condições de percorrer milhares de quilômetros, partia do Norte da atual Argentina, passava pelo litoral uruguaio e, depois, pela capitania do Sul do Brasil até chegar à Feira de Sorocaba, onde eram comercializados e levados a Minas Gerais. Dessa forma, a procura de mueres motivou a expansão criatória pelas campinas do mediterrâneo do Prata e fomentou um animado comércio de repercussões estruturais para as Coroas ibéricas (BARROSO, 2006, p. 176-180).

Foi na fase do tropeirismo que produziu-se a articulação inicial do território meridional ao centro da Colônia, abrindo-se vias de comunicação entre o território sulino e o resto do País –Estrada do Litoral, ou Estrada de Laguna (1703); Estrada da Serra, ou Estrada dos Conventos (1727); Caminho de Viamão, ou Caminho do Sertão. No entanto, não podemos esquecer que muitas dessas vias de comunicação utilizadas pelos tropeiros eram antigas trilhas indígenas.

No século XVIII, por meio do Caminho do Sertão, também chamado de “Cristóvão Pereira de Abreu”, interiorizou-se a penetração luso-brasileira, edificando povoados nas imediações desse caminho ao longo dos Campos de Viamão e nos de Cima da Serra. De fato, os locais de pousos e invernadas também foram articuladores de povoamento e a fixação humana no trilho das tropas determinou o nascimento de nucleações, fundadas pela necessidade de garantir a sua passagem ou estabelecer o fisco e/ou a cobrança das mercadorias em trânsito (BARROSO, 2006, p. 172-173, 181-183).

E mais, nos Campos de Viamão e no Estreito, a chamada “era das estâncias” foi então alavancada, em virtude da extração sistemática do gado selvagem sulino. Inicialmente, as estâncias (locais de descanso para o gado) eram humildes ranchos de adobe, cobertos de palha, com uma roça de subsistência e alguns currais para os gados (MAESTRI, 2000, p. 18).

Nesse sentido, uma incursão pelo significado de certos termos daquele período é esclarecedor:

[...] A palavra “estância” não designava grandes propriedades nem era sinônimo de grandes rebanhos. O vocábulo, originário do espanhol platino, significava apenas as unidades produtivas em que se criava gado, sem nenhuma conotação de tamanho [...] O dicionário de Moraes Silva, na edição de 1789, traz justamente esta acepção (“no sul da América, estâncias são terras com criação de gado vacum e cavalar”). Consequentemente, “estancieiro” não significava grande proprietário de rebanhos ou terras. Encontra-se nas fontes, referências a “estancieiros ricos” e “estancieiros pobres”; a palavra era sinônimo, tão-somente, de criador de gado. (OSÓRIO, 2006, p. 154).

Mais tarde, com o esgotamento das vacarias do mar e dos pinhais, formaram-se os primeiros criatórios na região e apenas então o termo *estância* tornou-se sinônimo de *fazenda pastoril* (MAESTRI, 2000, p. 18).

Em 1801, um desertor do Regimento de Dragões, José Borges do Canto, com uma pequena tropa de luso-brasileiros e nativos, invadiu as Missões, incorporando esses territórios hispano-americanos à Coroa portuguesa. Em seguida, as terras da região missioneira foram doadas, por meio de *sesmarias*, a oficiais de tropas regulares e a milicianos estacionados na capitania.

Aliás, eis a singularidade dessa bem-sucedida política que a Coroa lusitana empreendeu: ao legalizar a posse de terras ao longo dos caminhos das tropas e em suas imediações, transferia o ônus da manutenção da terra a particulares, garantindo e resguardando indiretamente os seus domínios no extremo-sul brasileiro. Nesse contexto, as *estâncias*, margeando os caminhos de tropas, foram constituindo-se em verdadeiras fortalezas em nome da propriedade privada (BARROSO, 2006, p. 183).

A fixação de luso-brasileiros nas terras missioneiras processou-se rapidamente, com o estabelecimento de militares e de tropeiros de gado (com suas famílias, escravos e agregados) provenientes de São Paulo, Curitiba, Lages, Laguna, entre outros lugares. Segundo D'Ávila (1996, p. 45), calcula-se que, da posse do território das Missões Orientais até o início da Revolução Farroupilha, um terço da população da Comarca de Curitiba⁶ transferiu-se para os campos missioneiros.

Apesar dessa migração, os campos do norte do Rio Grande do Sul permaneceram devolutos durante todo o primeiro quarto do século. Mesmo tendo sido oferecidos, ainda em 1801, aos companheiros de Borges do Canto, não ocorreu a fixação de luso-brasileiros nessa área até meados da década de 1820, sobretudo, porque esses campos, no que se refere à pecuária extensiva então praticada, não apresentavam todas as vantagens dos campos fronteiriços. Ademais, essa região estava sob o domínio dos índios *kaingang*s, o que teria retardado a fixação dos luso-brasileiros.

Nesse sentido, não podemos esquecer as considerações de Golin (2002) sobre a ocupação do Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul. Segundo ele, alguns autores da historiografia local narram o processo de ocupação como algo “natural”. De fato, alguns estudiosos locais tendem a caracterizar os nativos como elementos que dificultaram o desenvolvimento da “civilização” na região norte do Rio Grande do Sul em razão das suas características “selvagens”, provocando ataques aos tropeiros e aos luso-brasileiros. Entretanto, nessa perspectiva, a ação dos indígenas com o intuito de preservar o seu território não é vista como legítima, mas como fruto da “ação selvagem” dos nativos, que resistiam à civilização.

Contudo, ainda no século XVIII, os tropeiros pretendiam alcançar a região missioneira por um caminho mais curto e sem tantos percalços às tropas. Em 1816, uma expedição partiu para finalizar o projeto de estabelecer contato direto com as Missões, através dos Campos de Guarapuava (PR). A expedição, liderada pelo alferes da Cavalaria de Curitiba Atanagildo Pinto Martins, foi orientada pelo nativo Jongong, que, temendo a belicosidade das comunidades coroadas das margens do rio Uruguai, tomou o caminho do leste e dos Campos de Palmas, onde descobriu os Campos Novos (SC), atravessou o rio Pelotas e chegou ao Campo do Meio (RS), de onde prosseguiu até São Borja (MAESTRI, 2000, p. 80). A expedição de 1816 redescobriu o Caminho das Missões (percorrido em 1738 por Cristóvão Pereira de Abreu), ligando os Campos de Vacaria a São Borja através do Planalto Médio. Nos séculos anteriores, a rota fora utilizada por tropeiros e ervateiros missioneiros e por nativos.

Oficializada, a estrada das Missões promoveu o abandono do Caminho de Viamão, do qual, desde os finais da década de 1780, os tropeiros vinham fazendo sucessivas e repetidas queixas, considerando as dificuldades que tinham para transpor a Serra Geral. De fato, a subida da serra era difícil, já que se necessitava vencer arroios, barrancos, elevações, pântanos. Ademais, nesse percurso era comum os animais se afogarem ou desbarrancarem das alturas.

Entretanto, o novo caminho também possuía trechos de difícil trânsito. Por exemplo, entre os atuais municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha ficava um dos trechos mais perigosos: a travessia do Mato Castelhana, Campo do Meio e Mato Português, região habitada pelos índios *kainkangs*.

No decorrer do século XIX, ao longo do Caminho das Missões (particularmente no Planalto Médio), núcleos povoadores formaram-se (Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Soledade, entre outros), além de também se constituírem latifúndios pastoris, que, inclusive, utilizariam a mão de obra escrava.

6 A FORMAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Nos primeiros anos da década de 1820, alguns militares, em geral oficiais milicianos subalternos, requereram léguas de campos na região de Cima da Serra, ao longo das trilhas tropeiras e próximas aos ervais, para montar suas “fazendas de criar”. Quando quase todas as terras devolutas da fronteira oeste e das Missões haviam sido concedidas, quando a “[...] instabilidade política na fronteira, no contexto das chamadas guerras cisplatinas, cujo afastamento da área litigiosa prometia melhor segurança às pessoas e aos bens” (D’AVILA, 1996, p. 46), estancieiros e candidatos a estancieiros buscaram os campos da região serrana, ultrapassando Cruz Alta e aproximando-se de Passo Fundo:

A fama da fertilidade das terras de Passo Fundo, conhecida ao simples aspecto do terreno, a abundância da erva-mate, tudo isso teria aguçado os desejos dos homens pobres para adquirir terras, que em breve mudariam sua sorte e condição social. Fácilmo tornara-se obter um campo, não precisando os pretendentes recorrer ao tardio, por vezes burlado e a esse tempo revogado expediente de solicitar cartas de sesmarias [...] Aqui [...] bastava uma petição ao comandante da fronteira ou aos comandantes dos povos, e o despacho deferido completava um título de legítima aquisição. (SILVEIRA apud RÜCKERT, 1997, p. 59).

Portanto, a formação dos latifúndios escravocratas no norte do atual estado sulino ocorre baseada na petição ao comandante da fronteira em São Borja ou aos comandantes das Missões, bem como no apossamento individual de grandes extensões de terra. Como a concessão de sesmarias havia sido abolida pelo Império em 1822,⁷ elas são quase inexistentes em Passo Fundo, não consistindo na forma predominante de obtenção de grandes propriedades na região. Dessa forma, a posse livre é o principal processo de formação da propriedade fundiária na região norte do Rio Grande do Sul (RÜCKERT, 1997, p. 57-58).

No início de 1823, o sargento-mor Domingos da Silva Barbosa, morador de Rio Pardo, recebeu do governo da Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul uma concessão sobre um “rincão de campo”, contendo uma légua de largo por três de comprido,⁷ situada entre as atuais cidades de Marau e Soledade. Em março de 1824, foi feita a primeira concessão na zona de Carazinho, no lugar denominado Pinheiro Marcado, agraciado José Antônio de Quadros, negociante na vila de Castro. Ainda no ano 1824, o alferes de milícias Rodrigo Félix Martins, morador em Ponta Grossa, recebeu, por intermédio do comandante do quartel de Cruz Alta, a área que havia requerido em Pinheiro Marcado. O irmão de Rodrigo, Atanagildo Pinto Martins, recebeu uma área na outra margem do rio Jacuí-Mirim, onde, em 1826, formou a fazenda Santa Bárbara, origem do atual município (D’AVILA, 1996, p. 46-47).

Em 1827, chegou o alferes Rodrigo Félix Martins, com família e escravos, para fundar sua fazenda de criar gado nos campos do Jacuizinho (atual Carazinho). Junto também veio José Antônio de Quadros, cuja concessão era adjacente. Na mesma época, Alexandre José da Motta, da província de São Paulo, estabeleceu-se entre Pulador e Carazinho, próximo ao passo do Santo Antônio, e Bernardo Paes de Proença, no Rincão do Pessegueiro, na margem esquerda do arroio (D’ÁVILA, 1996, p. 47-48).

Em 1827/1828, o miliciano Manoel José das Neves, ou Cabo Neves, obtém quatro léguas quadradas de campo no local que atualmente localiza-se a cidade de Passo Fundo, trazendo consigo a sua família, escravos e gado, fundando uma modesta fazenda pastoril e agrícola (RÜCKERT, 1997, p. 59-60).

Deflagra-se, assim, o processo de formação dos latifúndios nos campos do norte do Rio Grande do Sul, especialmente no Planalto Médio, constituindo-se uma aristocracia de fazendeiros milicianos e escravocratas. No entanto, o processo de apossamento, a partir do final da década de 1820, e mais nitidamente no decorrer das décadas de 1830 e 1850, é inicialmente lento, por tratar-se de uma área nova para os luso-brasileiros que passam a ocupar terras e a assentar-se. Além de lento, o apossamento, ou arranchamento, nessas terras não foi tarefa fácil, haja vista que as florestas eram povoadas por Kaingangs completamente hostis à chegada dos novos ocupantes. Assim, as crônicas atendem a alguns poucos novos habitantes, de início, destacadamente, os milicianos (RÜCKERT, 1997, p. 60).

7 A EXPROPRIAÇÃO DOS INDÍGENAS E DOS CABOCLOS

A partir de 1824, teve início a colonização alemã no Rio Grande do Sul, com a fundação da colônia de São Leopoldo. Para o governo provincial, a colonização era importante para tornar as terras de matas produtivas e valorizadas. Entretanto, muitas dessas terras estavam, naquele momento, sendo ocupadas pelos índios. Vistos como “selvagens”, “perigosos”, entre outras coisas, a solução era eliminá-los ou aldeá-los (NONNENMACHER, 2000, p. 11-12).

Portanto, parafraseando Zarth (1997, p. 40), as primeiras vítimas da privatização das terras foram os indígenas remanescentes das antigas reduções jesuíticas e imigrantes kaingangs de outras áreas do Sul do Brasil. Conforme destaca o autor, os interesses em relação aos indígenas divergiam. As elites locais, bem como os comerciantes e viajantes que comercializavam animais pelas rotas reabertas, sofriam constantes ataques dos kaingangs. Já os governos Imperial e Provincial encaravam o índio como uma alternativa para o povoamento das zonas fronteiriças com a região do Prata. Desse contraste de interesses, surgem as políticas de aldeamentos por meio, principalmente, da catequese.

A expropriação das terras indígenas tem a sua origem no fato de o Estado considerá-las como devolutas. No entanto, particularmente os kaingangs, tentaram resistir aos invasores, o que resultou em inúmeros confrontos entre eles e os luso-brasileiros.

E mais, como lembra Nonnenmacher (2000, p. 25), no século XIX, a região Sul despertou o interesse de empresas colonizadoras. Apoiadas pelos governos provinciais, algumas dessas empresas chegam a formar grupos de civis para exterminar os índios. Esses grupos ficaram conhecidos como “tropas de bugreiros”.

Na disputa por esse território, os índios foram derrotados e expropriados de suas terras. A maioria foi fisicamente eliminada, enquanto uma minoria foi confinada aos aldeamentos, ou “toldos”, onde acabaram sendo aculturados. Os que se negavam a aldear-se, foram reprimidos ou simplesmente eliminados. Dessa maneira, o indígena foi, paulatinamente, reduzido a determinados espaços e à condução de marginalizado.

No entanto, a expropriação das terras do norte do Rio Grande do Sul pelos poderes central e provincial e pelo capital das companhias colonizadoras não atinge somente os indígenas. Ela ocorre, da mesma forma com os caboclos.

A expropriação e a marginalização dos indígenas e dos caboclos aceleraram-se a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras. Esta visava angariar uma mão de obra livre que estivesse disponível para substituir o trabalho escravo, condenado à extinção em virtude da proibição do tráfico em 1850. A maneira pensada para se obter uma mão de obra livre era criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a vender sua força de trabalho nas fazendas de café (COSTA, 1987, p. 146).

Com a Lei de Terras, o Estado transforma a terra em uma mercadoria, acessível a uma minoria, e confere legitimidade à propriedade fundiária: as áreas das fazendas são demarcadas, e definem-se, enfim, os limites das propriedades. Entretanto, essa lei não considerou outras regiões, como o Rio Grande do Sul. Aqui, procurou-se estimular a compra das chamadas “terras devolutas”, tanto pelos imigrantes europeus quanto pelos proprietários já existentes.

Na região norte-sul-rio-grandense, por exemplo, a formação da aristocracia de latifundiários milicianos ocorre, principalmente, por meio do apossamento ou por intermédio da concessão de títulos de posse, expedidos pelo Comando da Fronteira Oeste, em São Borja. Embora a documentação até agora conhecida mostre que, do ponto de vista oficial, por volta de 1850, as terras (campos e florestas) de Passo Fundo estão ainda, em boa parte, por serem ocupadas; sem dúvida, a população efetiva é muito maior do que a recenseada (via processos de legitimação de posses, pó meio da Lei de Terras de 1850 ou dos registros paroquiais da população de fiéis). Isso porque não se contabilizam os caboclos (população não recenseada) que habitavam as florestas e migravam constantemente em busca de novos ervaes (RÜCKERT, 1997, p. 66-67).

A partir da década de 1850, os latifundiários – até então ocupando espaços mais nobres (os campos) – passam a disputar também as áreas próximas das matas. Como a maioria dos posseiros pobres habitava áreas distantes, não tinham conhecimento da lei então em vigor, não frequentavam a igreja – onde poderiam atender ao pároco local das terras que cultivam e receber orientações para legitimar suas posses – nem tampouco tinham recursos para pagar todos os procedimentos legais e técnicos do processo de legitimação e medição das terras a que tinham direito legalmente por serem posseiros, acabaram tendo suas pequenas posses griladas pelos latifundiários e candidatos a proprietários rurais (RÜCKERT, 1997, p. 81-84).

Ademais, quando um caboclo requeria o registro de uma posse em seu nome, algum fazendeiro logo contestava. Nessa disputa, o perdedor era quase sempre o posseiro. De fato, com o dinheiro e a influência que dispunham, os latifundiários conseguiam “legalizar” a propriedade. Soma-se a isso o fato dos juízes comissários de terras (os encarregados de medir e legitimar as posses e aquisições) trabalharem em favor da oligarquia latifundiária. Inclusive, alguns juízes mediam terras para si mesmos e para seus familiares.

Portanto, a expropriação dos caboclos intensificou-se a partir da segunda metade do século XIX. Isso ocorre porque, com a promulgação da Lei de Terras de 1850, as áreas das fazendas passam a ser demarcadas, seus limites são definidos com maior precisão e as terras, adquiridas por posse ou compra, são registradas em cartório. A partir dessa “base legal”, os proprietários fundiários obtinham apoio do Juiz de Paz e das autoridades para expulsar os “intrusos” – como eram chamados os posseiros. Essas disputas pela terra podem ser acompanhadas pelos registros oficiais, porém, nem todos os casos eram levados ao Juiz de Paz ou aos comissários. Inclusive, muitos casos eram resolvidos de forma arbitrária, e mesmo violenta, pelos fazendeiros ou seus capatazes.

Com a intensificação da privatização das zonas florestais e seus ervais, a década de 1860 foi marcada pelos conflitos entre os posseiros pobres e os latifundiários. Além disso, o agravamento da situação dos posseiros pobres, a partir da década de 1860, tem origem, e também apoio legal, no art. 1º da Lei de Terras, que proíbe a apropriação de terras devolutas por outras formas que não pela compra. Dessa forma, a população de lavradores pobres e de coletores de erva-mate foi impedida pela Lei de Terras de apropriar-se do solo.

8 CONCLUSÃO

Sem a menor sombra de dúvidas, os índios foram os primeiros habitantes não somente da região norte do Rio Grande do Sul, mas de toda a América. Porém, apesar de ser uma constatação lógica e inquestionável, alguns estudiosos e memorialistas, ao escreverem sobre a história do norte sul-rio-grandense, revelam fortes preconceitos raciais e religiosos ao referirem-se aos indígenas. Como lembra D’Avila (1996, p. 68), “[...] o maior ódio é demonstrado em relação aos não guaranis, particularmente aos kaingangs, vistos como uma malta de celerados ocupados em guerrear entre si ou a atacar, covarde e traiçoeiramente, o pacífico e laborioso civilizado.” Em suma, essa “historiografia tradicional” local estigmatizou os kaingangs, que apenas tentavam resistir à aculturação e à dominação do “homem branco e civilizado”.

Atualmente, podemos perceber alguns reflexos dessas concepções, em parte legitimadas por esses memorialistas locais, que tão somente reproduzem a história dos conquistadores, ignorando, assim, os conquistados. Por exemplo, são comuns em muitas cidades do norte do Rio Grande do Sul monumentos em homenagem a esses “conquistadores” e “colonizadores”, enquanto os indígenas são tratados, de um modo geral, por essas sociedades, como elementos aistóricos e, inclusive, muitos de seus descendentes vivem hoje marginalizados e em precárias condições de subsistência.

No entanto, devemos lembrar que esses indígenas foram vítimas de políticas de “faxinação” – termo utilizado na documentação oficial para designar genocídio – e de aldeamentos. Assim, juntamente com os caboclos que habitavam a região e tiveram seus territórios expropriados, formou-se uma legião de despossuídos, que acabou sendo utilizada como força de trabalho nas fazendas da região.

The excluded from the local History: new introductory about the expropriation of Indians and “caboclos” and the formation of “latifúndios” in the North of Rio Grande do Sul

Abstract

This article accosted, in general lines, two groups that some time ago were practically excluded from the Rio Grande do Sul’s history: the Indians (first natives) and the Caboclos. After some of those two groups’ history is synthesized, especially after the XVII century, we analyzed the conflicted process of their land expropriation, in mid XIX century and the beginning of the latifúndios formation in the north of Rio Grande do Sul.

Keywords: Expropriations. Indians (first natives). Caboclos. Latifúndios. North of Rio Grande do Sul.

Notas explicativas:

¹ Convém lembrar que os contatos, nem sempre pacíficos, entre os índios pampeanos e os guaranis produziram intercâmbios culturais: alguns grupos pampeanos terminariam integrando o tembetá guarani ao seu equipamento; já os Guaranis iriam utilizar as bolas de boleadeiras pampeanas, principalmente a partir do momento em que as sociedades ibéricas introduzissem o gado (KERN, 1998, p. 70).

² O Guairá era compreendido como a região que ficava a Oeste do atual Paraná e, a partir de 1610, os jesuítas entraram definitivamente nessa região e fundaram, além da redução de San Ignácio Guaçu, fundada em 1910, mais 14 reduções, entre os rios Tibagi e Iguaçu. A saber, essas reduções eram: Loreto (1610); S. Ignácio Mini (1611); S. Francisco Xavier (1622); S. José (1625); Encarnação (1625); S. Paulo (1626); Miguel (1626); S. Antônio (1627); Conceição (1627); S. Pedro (1627); Sete Arcanjos (1628); S. Tomás (1628); Jesus Maria (1628); e, S. Maria Maior (1629) (SANTOS, 2006, p. 107).

³ O Itatim, localizado a 500 km ao norte de Assunção do Paraguai, durou de 1631 a 1669 e os seus povoados foram: Anjos (1631); São José (1631); São Benito (1632); Natividade (1632); Apóstoles (1633); e, Encarnação (1633) (SANTOS, 2006, p. 108).

⁴ *Curiti*, em guarani, significa pinhal ou pinhais.

⁵ O carijó era uma construção rústica destinada à secagem da erva-mate.

⁶ Nessa época, a Comarca de Curitiba compreendia o território do atual Estado do Paraná e do Planalto Catarinense.

⁷ A partir de 1822, as terras eram concedidas por meio de títulos de posse. Até 1850, esses títulos eram concedidos pelos governos provinciais e pelas comandâncias militares.

⁸ A área concedida apresenta o tamanho padrão das sesmarias distribuídas no século XVIII e XIX, até 1822: uma légua de frente e três léguas de frente a fundo, perfazendo 13 mil hectares.

REFERÊNCIAS

BARROSO, V. L. M. O tropeirismo na formação do Sul. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

CAFRUNI, J. E. **Passo Fundo das Missões**: história do período jesuítico. Passo Fundo, 1966.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'AVILA, N. E. P. **Passo Fundo, terra de passagem**. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

FRANZEN, B. V. Jesuítas portugueses nos séculos XVII e XVIII. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GOLIN, T. **A fronteira**: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, T. **O povo do pampa**: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades. Passo Fundo: Ediupf; Porto Alegre: Sulina, 1999.

KERN, A. A. **Antecedentes indígenas**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

MAESTRI, M. **Uma história do Rio Grande do Sul**: a ocupação do território. 2. ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2000.

NONNENMACHER, M. S. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul**: século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

OSÓRIO, H. Estrutura agrária e ocupacional. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1.

QUEVEDO, J. **A guerra guaranítica**. São Paulo: Ática, 1996.

RÜCKERT, A. A. **A trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul (1827-1931). Passo Fundo: Ed. UPF, 1997.

SANTOS, J. R. Q. dos. As missões jesuítico-guaranis. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

